

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: UMA LINHA DO TEMPO HISTÓRICA

Alcicleide Alexandre dos Santos Bezerra ¹
Elione Maria Nogueira Diógenes ²

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar uma análise histórica da trajetória da Educação em tempo integral no Brasil, por meio de uma linha do tempo que abrange as principais transformações e marcos, com o objetivo de compreender sua evolução e investigar os principais marcos, desafios e conquistas ao longo do tempo, na formação educacional. Acredita-se que a expansão da educação em tempo integral tem promovido uma educação mais inclusiva e equitativa, ao proporcionar um ambiente educativo mais rico e oportunidades de desenvolvimento integral para os alunos. Para embasar essa pesquisa, realizou-se uma pesquisa qualitativa através de revisão bibliográfica de documentos oficiais, leis, políticas públicas e estudos acadêmicos sobre a educação em tempo integral no Brasil. Os resultados obtidos retratam os avanços e desafios na implementação desse modelo educacional, refletindo-se nas diferentes abordagens, programas e iniciativas adotadas em diferentes períodos no cenário Brasileiro. Para dar suporte às discussões, contam-se como aporte teórico, os estudos de Ferreira (2005), Kramer (2012) e Tanuri (2014) que dialogam acerca da trajetória da educação em tempo integral no Brasil, mais especificamente sobre demandas sociais, políticas e pedagógicas. A compreensão desse histórico possibilita uma reflexão crítica sobre os desafios e perspectivas futuras da educação em tempo integral no País.

Palavras-chave: Educação em tempo integral, Formação Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Desenvolvimento Integral, Trajetória da Educação.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem passado por diversas transformações ao longo de sua história, buscando adequar-se às demandas da sociedade e às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, a Educação em Tempo Integral emerge como uma alternativa para promover uma educação mais abrangente e inclusiva, proporcionando um ambiente educativo mais rico e estimulante para os alunos. Esta pesquisa visa traçar uma análise histórica da trajetória da Educação em Tempo Integral no Brasil, investigando os principais marcos, desafios e conquistas ao longo do tempo na formação educacional. A compreensão dessa evolução permitirá uma reflexão crítica sobre os avanços e as perspectivas futuras desse modelo educacional no país.

¹ Mestranda em Educação e Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, alcicleide.bezerra@cedu.ufal.br;

² Doutora em Políticas Públicas (Área de Concentração – Políticas Sociais e Programas Sociais) pelo PPGPP da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e Professora Associada II da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, elionend@cedu.ufal.br;

Os objetivos deste estudo consistem em analisar o desenvolvimento da Educação em Tempo Integral no Brasil, identificando suas origens e iniciativas ao longo dos séculos. Além disso, busca-se compreender as políticas e leis que moldaram a expansão desse modelo educacional ao longo do século XX e início do século XXI. Também se faz necessário investigar os principais marcos legais e programas que promoveram a consolidação e expansão da Educação em Tempo Integral nas últimas décadas, bem como os desafios enfrentados na sua implementação em diferentes contextos regionais.

METODOLOGIA

Adotou-se uma abordagem qualitativa como metodologia, definida por Ludke e André (1986) por cinco características fundamentais. A primeira característica destaca que a pesquisa qualitativa tem como fonte direta de dados o ambiente natural, sendo o pesquisador o principal instrumento. A segunda característica ressalta que os dados coletados têm uma natureza predominantemente descritiva. Em outras palavras, trata-se de um material rico em descrições, situações, eventos dentre outros elementos. A terceira característica enfatiza que a preocupação com o processo é mais significativa do que com o produto final, ou seja, o pesquisador concentra sua atenção na forma como um problema se manifesta nas atividades, procedimentos e interações cotidianas. A quarta característica está relacionada aos significados atribuídos pelas pessoas à temática, consistindo em foco especial do pesquisador que busca capturar a perspectiva dos participantes. Por fim, a quinta característica destaca que a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, no qual o pesquisador não procura antecipadamente evidências que confirmem sua hipótese inicial.

A abordagem qualitativa, de acordo com Flick (2004), é considerada significativa para a investigação das relações sociais, especialmente diante da diversidade crescente na vida em sociedade, resultando em rápidas mudanças sociais, destacando-se sua importância particular na área da educação.

Assim, a técnica de coleta de dados utilizada foi a revisão bibliográfica de documentos oficiais, leis, políticas públicas e estudos acadêmicos relevantes sobre a Educação em Tempo Integral no Brasil, almejando uma visão panorâmica e histórica do desenvolvimento dessa modalidade educacional, desde suas primeiras iniciativas até os avanços mais recentes,

possibilitando uma análise aprofundada da trajetória da Educação em Tempo Integral no Brasil. Além disso, a revisão bibliográfica permitiu identificar as políticas e programas implementados em diferentes períodos, bem como suas implicações na formação educacional dos alunos.

A revisão da literatura foi complementada com a análise de estudos de Ferreira (2005), Kramer (2012) e Tanuri (2014), autores que dialogam especificamente acerca da trajetória da Educação em Tempo Integral no Brasil, abordando aspectos sociais, políticos e pedagógicos. Dessa forma, este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada da trajetória da Educação em Tempo Integral no Brasil, oferecendo uma visão crítica sobre os avanços alcançados, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras desse modelo educacional no cenário brasileiro. A expectativa é que os resultados obtidos possam contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais, visando promover uma educação mais inclusiva, equitativa e eficiente no país.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Quando aborda-se a educação integral, é importante destacar a divergência nos conceitos que a orientam: a expansão da jornada em termos de horas, aqui tida como educação em tempo integral, com uma carga horária de 7 horas diárias ao longo de 5 dias na semana, conforme estipulado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE); e o enfoque no pleno desenvolvimento intelectual, físico, social, cultural e emocional dos sujeitos, caracterizando-se a real educação integral. No último caso, a extensão da jornada pode ou não ocorrer, dependendo da concepção adotada para a educação integral.

O professor Miguel Arroyo, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esclarece que educação integral não pode ser confundida com escola em tempo integral:

Educação integral é uma concepção de que o ser humano é sujeito integral enquanto sujeito de conhecimento, de cultura, de valores, de ética, de memória, de imaginação. Portanto, a educação tem que dar conta de todas essas dimensões da formação de um ser humano. A própria LDB [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional], no artigo segundo, aponta a função da educação de garantir o pleno desenvolvimento do ser humano, essa seria a ideia de educação integral. A ideia da educação em tempo integral em parte coincide com isso, pois para poder dar conta de todas essas dimensões humanas é preciso de mais tempo, mas não só mais tempo na escola. A gente se educa no trabalho, na família, no convívio. A formação humana não se dá só na escola, mas a escola tem que garantir tempo de formação humana (Arroyo, 2023).

Jaqueline Moll, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e uma das criadoras do Programa Mais Educação, responsável pela Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do MEC entre 2007 e 2013, destaca a grande confusão existente em torno do termo "escola de tempo integral".

A confusão que se faz é muito grande, fala-se de escola de tempo integral quase como um nome fantasia. O tempo pode ser ampliado, a corda do tempo pode ser esticada sem que se faça educação integral, focando-se no reforço de determinadas disciplinas escolares a serem avaliadas, em um círculo vicioso que retira da escola a perspectiva de sua função social e cidadã. [...] Sabemos que o tempo das 4 horas diárias é insuficiente. Portanto, a ampliação do tempo é uma condição, mas não pode ser o marcador da educação integral, assim como a ampliação dos espaços. Deseja-se uma escola para além dos espaços das salas de aula, na perspectiva de salas ambiente, de oficinas, de laboratórios, espaços de arte, hortas, jardins e espaços para além dos muros escolares (Moll, 2020).

Moll ressalta que, embora seja reconhecido que as 4 horas diárias tradicionais são insuficientes, a ampliação do tempo por si só não deve ser considerada como indicador exclusivo de educação integral. Para ela, é fundamental ir além da extensão temporal, buscando uma abordagem que transcenda as salas de aula convencionais. A visão almejada é de uma escola que ofereça ambientes diversos, incluindo propostas para atividades além dos limites físicos da escola.

Esclarecidos os conceitos e contextos que envolvem a Educação Integral bem como a Educação em tempo integral, traça-se abaixo uma linha do tempo no Brasil.

UMA LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

O histórico da educação em tempo integral no Brasil revela uma trajetória marcada por transformações ao longo das décadas. Desde os seus primórdios, nas décadas de 1930 e 1950, quando surgiram as primeiras ideias de ampliação de tempos, espaços, sujeitos e oportunidades educativas, até os dias atuais, a educação integral tem sido um tema central no cenário educacional brasileiro, conforme detalhado no infográfico abaixo construído pela autora com base na revisão bibliográfica.

Figura 1 - LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL



Os fundamentos que envolvem o debate acerca da educação integral e em tempo integral no Brasil remetem em sua origem ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, na década de 1930, que enfatizava uma educação conectada à vida cotidiana dos alunos. Nesse período, Anísio Teixeira, precursor da educação integral, defendeu a escola em tempo integral e a contextualização do ensino, reconhecendo a importância da aplicação prática da aprendizagem na realidade dos alunos.

Na década de 1980, Darcy Ribeiro, inspirado nas Escolas-Parque de Anísio Teixeira, concebeu os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) no Rio de Janeiro. Apesar de enfatizarem a ampliação da jornada escolar, os CIEPs enfrentaram desafios relacionados à priorização do projeto arquitetônico em detrimento do pedagógico.

Os Círculos de Leitura de Paulo Freire na década de 1960 consistiram em uma abordagem educacional inovadora, onde o foco estava na participação ativa dos estudantes, visto que Freire promovia a alfabetização por meio de diálogo e discussões, usando palavras geradoras e temas relevantes à realidade dos alunos. O método utilizado nos círculos de leitura enfatizava a criticidade do mundo e a capacidade dos estudantes de se tornarem sujeitos ativos na transformação de suas próprias condições sociais, contribuindo significativamente para a pedagogia crítica e a visão emancipatória da educação.

Os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), concebidos por Darcy Ribeiro nos anos 1980, foram estabelecidos no Rio de Janeiro durante os mandatos de Leonel Brizola. Essas escolas, projetadas por Oscar Niemeyer, acolhiam até mil alunos em regime integral, proporcionando atividades educativas, recreativas, culturais e assistência básica. Apesar de polêmicos, os CIEPs foram amplamente estudados por educadores, que analisaram tanto seus acertos, como a promoção de equidade e amplo atendimento, quanto às dificuldades enfrentadas durante a implementação da política.

A Constituição Federal de 1988, ao instituir o direito à educação para o pleno desenvolvimento, proporcionou a base legal para a expansão da educação integral no Brasil. Esse marco constitucional estabeleceu a necessidade de uma educação que contemple não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo, abrindo espaço para modelos educacionais que integram atividades pedagógicas, recreativas, culturais e assistenciais, perspectiva que favoreceu a implementação de programas e políticas voltados para a oferta de uma educação mais abrangente e inclusiva no país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 reforçou a ênfase na educação integral ao reconhecer o direito de crianças e adolescentes a uma educação que contemple seu pleno desenvolvimento, destacando a importância de uma educação que vá além do aspecto formal, englobando também atividades culturais, esportivas e de lazer. Dessa forma, o estatuto contribuiu para consolidar a ideia de educação integral no Brasil, incentivando abordagens educacionais que atendam às necessidades diversas dentre grupos etários.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), por sua vez, promulgada em 1993, desempenha um papel importante no apoio à expansão da educação integral no Brasil, ao estabelecer princípios e diretrizes para a assistência social, reconhecendo a educação como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e social. Ela proporciona respaldo legal para iniciativas que buscam integrar a educação a serviços sociais, contribuindo para a promoção de uma abordagem mais abrangente e inclusiva no cuidado e desenvolvimento de crianças e adolescentes, contribuindo para a construção de políticas integradas que contemplem a educação integral em contextos sociais e comunitários.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, também desempenha um papel relevante na promoção da educação integral no Brasil ao estabelecer princípios e normas para a educação no país, reforçando a necessidade de uma abordagem que contemple não apenas a dimensão acadêmica, mas também o desenvolvimento integral dos estudantes. A LDB fornece respaldo legal para a implementação de programas e políticas educacionais que incluam atividades pedagógicas, culturais, esportivas e sociais, alinhando-se à visão de uma educação mais abrangente e integrada, consolidando a educação integral como um objetivo central do sistema educacional brasileiro.

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento fundamental para direcionar as políticas educacionais no Brasil. O PNE de 2001 e sua revisão em 2014 estabelecem metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no país. Em ambos os documentos, há o reconhecimento da importância da educação integral como meio de promover a formação completa dos estudantes, abrangendo aspectos pedagógicos, culturais, esportivos e sociais. As metas do PNE buscam, entre outros objetivos, ampliar o acesso e a permanência dos estudantes na escola em jornada ampliada, fortalecendo a visão de uma educação mais abrangente e inclusiva para atender às necessidades e potencialidades de cada aluno. Ambos compartilham o compromisso com a promoção da educação integral, mas há algumas diferenças significativas nos enfoques e nas metas específicas relacionadas a esse tema.

PNE - 2001	PNE - 2014
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estabeleceu metas voltadas para a universalização do atendimento escolar. <input type="checkbox"/> Enfatizou a melhoria da qualidade do ensino e o acesso à educação básica. <input type="checkbox"/> Embora reconhecesse a importância da educação integral, não dedicou metas específicas ou estratégias detalhadas para esse aspecto. 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Reforçou a importância da educação integral e incorporou metas específicas relacionadas a essa abordagem. <input type="checkbox"/> Estabeleceu a meta 6, que trata da oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas. <input type="checkbox"/> Incluiu objetivos mais específicos sobre a ampliação da jornada escolar e a oferta de atividades complementares, visando a integralidade da formação do estudante.

Em resumo, enquanto o PNE de 2001 enfatizou a expansão do acesso e a qualidade do ensino, o PNE de 2014 foi mais detalhado em suas metas e estratégias para a promoção da educação integral, reconhecendo-a como um componente crucial para o desenvolvimento educacional no Brasil.

O debate sobre a educação integral ressurgiu em 2001, com os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo, buscando integrar Educação, Esporte e Cultura. Os Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo foram idealizados como espaços educacionais que integravam diferentes dimensões da formação dos alunos. O projeto foi implementado pela Prefeitura de São Paulo a partir de 2001, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, tendo como principal objetivo proporcionar uma educação mais abrangente, combinando atividades pedagógicas com práticas esportivas, culturais e de lazer. Os CEUs foram concebidos como centros multifuncionais, abrigando não apenas salas de aula, mas também espaços destinados a atividades esportivas, culturais e de lazer, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes, reconhecendo a importância de além do ensino tradicional, oferecer experiências enriquecedoras em outras áreas.

A proposta envolvia a integração da educação com o esporte e a cultura, proporcionando um ambiente que transcende os limites da sala de aula convencional, visando não apenas à expansão da jornada escolar, mas também à promoção de uma educação mais inclusiva e conectada com as diversas dimensões da vida dos estudantes. Entretanto, a implementação dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) em São Paulo enfrentou vários desafios, alguns dos quais incluem:

Quadro 1 - Desafios para Implementação dos CEUs	
Aspecto	Desafio
Gestão Integrada	Integrar efetivamente as diferentes dimensões da educação, esporte e cultura exigia uma gestão integrada e coordenada, visto que diferentes áreas eram envolvidas.
Infraestrutura e Manutenção	Garantir a infraestrutura adequada para suportar as atividades educacionais, esportivas e culturais, bem como manter esses espaços, representava desafios logísticos e financeiros.
Formação de Professores	A introdução de uma abordagem mais integrada e multidisciplinar exigia a formação adequada dos professores para lidar com as diversas atividades propostas nos CEUs.
Participação Comunitária	Envolver ativamente a comunidade na gestão e no uso desses espaços era fundamental. No entanto, representava um desafio, exigindo estratégias eficazes de engajamento e parceria.
Sustentabilidade Financeira	Manter a sustentabilidade financeira dos CEUs ao longo do tempo, garantindo recursos adequados para as diversas atividades propostas, era um desafio contínuo.
Avaliação de Impacto	Avaliar o impacto real da abordagem dos CEUs na aprendizagem dos alunos e em seu desenvolvimento integral também era um desafio, exigindo metodologias de avaliação adequadas.
Fonte: A autora	

Embora os CEUs tenham enfrentado diversos desafios, eles representaram uma tentativa significativa de inovar no modelo educacional, buscando uma abordagem mais holística e integrada para a formação dos estudantes.

A Secretaria Municipal de Belo Horizonte implementou o Programa Escola Integrada em 2006, inspirado nos conceitos de Bairro-escola, Cidades Educadoras e Educação Integral. O programa buscava fortalecer a relação entre escolas e comunidades, ampliando a jornada educativa para nove horas diárias. Integrou ao currículo atividades pedagógicas relacionadas à formação pessoal, artes, esporte, cultura e lazer, mobilizando parcerias colaborativas com parques, centros culturais e espaços comunitários, promovendo uma abordagem intersetorial.

Em 2007, o governo federal instituiu o Programa Mais Educação para ampliar a jornada escolar e promover a Educação Integral em todo o país, destacando a importância da diversificação das atividades escolares.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), orientações do Ministério da Educação (MEC), estabelecem os princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na elaboração e implementação dos currículos das escolas no Brasil. Embora as DCNs não sejam específicas para a educação integral, elas fornecem diretrizes gerais que impactam essa abordagem através de aspectos como a interdisciplinaridade, a contextualização e a valorização da diversidade cultural, contribuindo para a promoção de uma educação mais ampla e integradora. Os currículos elaborados com base nessas diretrizes podem incorporar elementos que favoreçam a educação integral, contemplando não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento global dos estudantes.

O Programa Novo Mais Educação, considerado uma evolução do antigo Mais Educação, foi uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que buscou ampliar a jornada escolar e promover a educação integral no Brasil. Lançado em 2017, esse programa tinha como objetivo principal oferecer atividades complementares aos estudantes, abrangendo áreas como reforço escolar, esporte, cultura, artes e lazer. A proposta visava contribuir para a melhoria da aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos. Ao envolver escolas de todo o país, o Novo Mais Educação representou um esforço contínuo do governo para fortalecer a educação integral e proporcionar uma formação mais abrangente aos estudantes brasileiros.

Já a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que estabelece as aprendizagens essenciais que todos os alunos brasileiros devem desenvolver ao longo de sua escolaridade, embora não seja específica para a educação integral, ela desempenha um papel fundamental ao definir as competências e habilidades que os estudantes devem adquirir em diferentes etapas da educação básica. Destaca a importância da formação integral dos alunos, abordando não apenas os conteúdos acadêmicos, mas também as dimensões socioemocionais e culturais. Ao enfatizar a necessidade de uma educação que promova o desenvolvimento integral, a BNCC contribuiu para a consolidação da visão de uma educação que vá além do aspecto meramente acadêmico, alinhando-se, assim, com os princípios da educação integral no contexto educacional brasileiro.

No ano de 2023, instituído pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, foi lançado o Programa Escola em Tempo Integral que visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral. Coordenado pela Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação, o programa busca o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, política de Estado construída pela sociedade e aprovada pelo parlamento brasileiro.

O PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL

Passados quase 10 anos desde a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), o governo federal enfrenta desafios na consecução de diversas metas, incluindo a Meta 6, que preconiza a oferta de "educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo a pelo menos 25% dos alunos da educação básica". Conforme exposto pelo MEC (2023), segundo o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas PNE 2022, o percentual de matrículas em tempo integral na rede pública brasileira diminuiu de 17,6% em 2014 para 15,1% em 2021. O indicador para o percentual de escolas de Tempo Integral (ETI) em 2021 foi de 22,4%, exigindo um crescimento de 27,6% para atender à meta até 2024.

Segundo o MEC (2023), a ampliação da jornada para 7 horas diárias ou 35 horas semanais visa o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, por meio de um currículo integrado e intencional, abrangendo diversas experiências educativas, sociais, culturais e esportivas, propondo assistência técnica-pedagógica e financeira aos estados, municípios e Distrito Federal, requerendo a adesão ao fomento financeiro para criar matrículas de tempo integral, alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e priorizando escolas atendendo estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No entanto, a adesão e os recursos não resolvem o desafio complexo da organização, gestão e implementação da educação integral em jornada ampliada. Para garantir qualidade e equidade, o Programa foi estruturado em 5 eixos - Ampliar, Formar, Fomentar, Entrelaçar e Acompanhar, apresentando uma série de ações estratégicas disponíveis para todos os entes federativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de marcos legais e políticas públicas representou um avanço significativo para a Educação em Tempo Integral no Brasil. Dentre os principais marcos,

destaca-se a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito à educação como um direito fundamental de todos os cidadãos e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino fundamental. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 também trouxe avanços ao definir a Educação em Tempo Integral como uma modalidade de ensino. Além disso, programas como o Mais Educação, o Novo Mais Educação e o Escola em Tempo Integral, lançados nas últimas décadas, demonstraram o comprometimento do governo com a expansão desse modelo educacional.

As conquistas alcançadas com a Educação em Tempo Integral refletem-se na formação integral dos alunos, possibilitando uma experiência educacional mais enriquecedora e abrangente. A ampliação do tempo escolar proporciona espaço para a realização de atividades extracurriculares, como práticas esportivas, culturais, artísticas e projetos de cidadania, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e competências para a vida. A convivência prolongada com os colegas e professores em um ambiente escolar mais acolhedor favorece a construção de relações de confiança e respeito, estimulando o engajamento dos estudantes na escola. Além disso, a Educação em Tempo Integral tem o potencial de favorecer a aprendizagem significativa e a formação de cidadãos mais participativos, preparados para atuar de forma crítica e responsável na sociedade.

A busca por uma educação mais inclusiva e equitativa reforça a importância da Educação em Tempo Integral como uma alternativa para promover um ensino mais abrangente e de qualidade no Brasil. A análise desses desafios e perspectivas futuras é essencial para que sejam traçados caminhos que fortaleçam e expandam a Educação em Tempo Integral no país, visando a construção de um sistema educacional mais eficiente e equitativo para todos os brasileiros. Ao ampliar o tempo de permanência dos estudantes na escola, essa modalidade educacional possibilita o acesso a uma educação mais abrangente e integral, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e preparados para o mundo contemporâneo.

Os programas de Educação em Tempo Integral têm buscado atender especialmente a população mais vulnerável, reduzindo as desigualdades sociais e educacionais, evidenciando o impacto positivo dessa modalidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Atualmente, a Educação em Tempo Integral no Brasil ainda enfrenta desafios para se consolidar como a falta de recursos financeiros que impacta na infraestrutura das escolas, na capacitação de professores e na oferta de atividades extracurriculares. Além disso, a resistência à mudança por parte de alguns setores da sociedade e a burocracia do sistema educacional também dificultam a ampliação da Educação em Tempo Integral. Ainda há desafios relacionados à formação dos professores e à construção de projetos pedagógicos que valorizem a diversidade cultural e as necessidades específicas dos estudantes. O contexto de vulnerabilidade do perfil do público alvo da modalidade também compõe os obstáculos que precisam ser minimizados. A superação desses desafios requer uma articulação efetiva entre os diferentes atores envolvidos na educação, além de investimentos contínuos e compromisso político com essa modalidade educacional. No entanto, existem perspectivas promissoras, no cenário brasileiro acerca da temática.

A partir do reconhecimento crescente dos benefícios da Educação em Tempo Integral atrelado à implementação de uma educação, de fato, integral, espera-se que a implementação de políticas públicas seja fortalecida e consolidada pelo país, com a promoção de parcerias com organizações da sociedade civil, empresas e instituições de ensino superior, objetivando sua ampliação de recursos e a oferta de atividades diversificadas nas escolas. Nesse sentido, a articulação entre os diferentes níveis de governo e a participação ativa da comunidade escolar são fundamentais para garantir a efetivação dessa modalidade educacional, haja vista o potencial de transformar a realidade educacional do Brasil através de uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade para os estudantes.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **Conceito de Educação Integral**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SzqmiJLxmbc>>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola em Tempo Integral**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. **Institui a Política Nacional de Educação Integral no Campo**. Brasília, DF, 2016.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FERREIRA, N. S. A. **Educação em tempo integral: desafios e possibilidades**. São Paulo: Moderna, 2005.

KRAMER, S. **Currículo e política cultural: a política do currículo**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: EPU, 1986.

MOLL, J. et al . ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA E EDUCAÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES. **e-Curriculum**, São Paulo , v. 18, n. 4, p. 2095-2111, out. 2020. Disponível em <<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2020v18i4p2095-2111>>. Acesso em: 10 out. 2023.

TANURI, L. M. **Educação em tempo integral no Brasil: A experiência de algumas escolas**. Cadernos de Pesquisa, v. 44, n. 153, p. 224-249, jul./set. 2014.